



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0391/12	DATA: 24/04/201 2
INÍCIO: 11h57min	TÉRMINO: 12h29min	DURAÇÃO: 00h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0032min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas!

Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Agradeço a presença de todos os Parlamentares que já estiveram aqui, em especial à Deputada Janete, ao Deputado Severino, ao Deputado Mendonça Prado, que estão presentes. Estamos aguardando o retorno de outros Deputados que já estiveram aqui e pediram que assim que iniciássemos pudéssemos avisá-los.

Antes de darmos seguimento à apreciação dos requerimentos que estão na pauta, informo aos Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 2ª Reunião. Indago se há necessidade da leitura da mesma.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - A Deputada Janete Capiberibe está pedindo a dispensa.

Aqueles que estão de acordo com a dispensa da leitura da ata permaneçam como estão.

Aprovada.

Dispensada a leitura da ata por solicitação da Deputada Janete.

A ata foi aprovada.

Comunico aos Srs. e Sras. Parlamentares que estarão assessorando a CPI, em nome da Consultoria Legislativa, a Dra. Márcia Bianchi Prates, a Dra. Christiane Almeida de Aguiar Lacombe e o Dr. Vicente Marcos Fontanive. Estamos solicitando também outros servidores, mas no momento devido nós vamos também informar a todos os membros da Comissão.

Aproveito, já de antemão, para convidar os membros da CPI para a reunião com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Figueiras Cavalcante Júnior, amanhã, às 11h30min, na sede da OAB. Está confirmada esta audiência com o Presidente da OAB, da mesma forma como tivemos hoje, para os que não puderam ir lá, audiência com a Ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. Dentre outras coisas, ficou acertado um diálogo muito



fértil, uma troca de informações bastante interessante. A Ministra, solicitada por nós da CPI, disponibilizou um dos seus assessores, que trata exatamente do grupo de trabalho sobre tráfico de pessoas no âmbito da Secretaria, para acompanhar os trabalhos da CPI, fornecendo todas as informações. Ficou também de fornecer todos os relatórios, informações e dados, levantamentos situacionais de que aquela Secretaria dispõe sobre o tema objeto desta CPI, no mais breve espaço de tempo possível. Comprometeu-se também a acompanhar as diligências e audiências que esta CPI promova não só aqui, na Câmara dos Deputados, mas inclusive as audiências e as diligências que serão realizadas em outras Unidades da Federação.

Vamos, então, passar à deliberação dos requerimentos.

Há uma última informação antes dos requerimentos. Informo a todos os Deputados, Deputadas e membros e até assessores que estão acompanhando que qualquer sugestão, como me fez agora o Deputado Mendonça Prado, de pessoas estudiosas do assunto, professores, procuradores, quaisquer outras entidades ou pessoas estudiosas interessadas que queiram colaborar com a CPI é só formalizar a comunicação à nossa assessoria, que entraremos em contato, seja para convidar aqui para prestar as suas informações, seja mesmo para que nós possamos fazer, se for o caso, alguma visita para obter as parcerias necessárias para o bom êxito dos trabalhos.

Agradeço a presença ao Deputado Edio Lopes, que acabou de chegar.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputada Janete.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Eu gostaria de solicitar inversão de pauta. Eu tenho um requerimento que é o último para ser deliberado hoje: Requerimento nº 7.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputada.

Requerimento nº 7, de autoria da Deputada Janete.

Nós vamos submeter à apreciação dos Deputados o pedido de inversão de pauta da Deputada Janete Capiberibe, em favor de seu Requerimento nº 7, constante da pauta.

Os Srs. Deputados que não se opõem a esse pedido da Deputada Janete fiquem como estão. *(Pausa.)*



Está aprovado o requerimento de V.Exa., o Requerimento nº 7, que passa à apreciação dos Srs. e das Sras. Deputadas, da Deputada Janete Capiberibe, que *“requer convite ao Sr. Marcel Hazeu, pesquisador e membro da ONG Só Direitos, a ONG CHAME — Centro Humanitário de Apoio à Mulher, responsável a Sra. Raquel Pólvora de Almeida, o MCTP — Movimento Contra o Tráfico de Pessoas, com a finalidade de debater sobre o tráfico de pessoas no Brasil”*.

Então, são três convidados sugeridos, aqui, pela Deputada Janete.

Para encaminhar a matéria, o pedido de requerimento, concedo a palavra à autora, Deputada Janete Capiberibe.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de fazer o encaminhamento, eu quero parabenizar o Presidente, a Presidência da CPI pela bela reunião que foi agendada com a Secretária Nacional de Direitos Humanos — nossa colega Deputada Maria do Rosário —, para o debate sobre a CPI do Tráfico de Pessoas e para solicitar o apoio da Ministra, uma vez que dessa reunião a Ministra havia participado intensamente já da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, experiente, portanto, no assunto.

Nesta reunião desta manhã também, surgiu a necessidade do trabalho articulado entre a CPI da Exploração do Trabalho Escravo de Crianças e Adolescentes — o resultado que existe já dessa CPI —, a CPI do Tráfico de Pessoas e a do Tráfico de Órgãos, que estão relacionadas entre si e podem oferecer um material já trabalhado em cada uma dessas Comissões Parlamentares de Inquérito que pode subsidiar com uma riqueza enorme, avançar, provocar avanço nos trabalhos da CPI.

Sr. Presidente, parabenizo V.Exa., portanto, pela ideia. E eu quero dizer que também a participação da sociedade civil, a sua contribuição à Comissão Parlamentar de Inquérito é de grande valor. É valiosíssima. Então, é para a elaboração de uma agenda positiva de trabalho, ao longo do decorrer dos trabalhos da CPI. Então, é o monitoramento das políticas públicas, é a intervenção legal nos processos decisórios para efetivação de estratégias ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Sr. Presidente, eu solicito o apoio dos colegas para que nós possamos nos enriquecer para decidirmos aqui na CPI políticas públicas, no âmbito do Legislativo,



no âmbito dos Tribunais de Justiça deste País, para elucidarmos, fazermos o enfrentamento e eliminarmos essas mazelas, das quais, na nossa sociedade, são vítimas crianças, mulheres, enfim, nossos jovens adolescentes.

Então, eu solicito o apoio dos colegas aqui na nossa Plenária do nosso Presidente para a aprovação desse requerimento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Janete.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, colocamos em votação o requerimento da Deputada Janete.

As Sras. e os Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como estão.

(Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Apenas uma sugestão que nos foi passada pela... Há uma série de convidados e convidadas já agendados que nós estamos começando a apreciar, e a ideia é nós podermos agrupar essas entidades da sociedade civil numa audiência e numa outra as representações institucionais, porque são olhares evidentemente diferenciados, no sentido de nós otimizarmos os trabalhos da Comissão, na medida em que são muitas as sugestões já de convidados, como os senhores vão perceber imediatamente.

Nós temos um requerimento também da Deputada Flávia Moraes, que *“requer o convite ao Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral de Departamento de Polícia Federal, para informar a respeito do cumprimento da Convenção de Palermo, quanto ao tráfico de pessoas no Brasil”*.

Eu passo a palavra à autora do requerimento, Deputada Flávia Moraes, se quiser fazer uso da palavra.

É o seu requerimento convidando do Sr. Leandro Daiello Coimbra.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Bom, Presidente, Deputados, esse requerimento vem justamente ao encontro da importância da parceria da Polícia Federal nos encaminhamentos desta CPI. Nós precisamos muito do apoio e acreditamos que o Sr. Leandro vai poder nos ajudar a desvendar muitas coisas, a dar encaminhamento e a conhecer melhor, reconhecer melhor a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas em nosso País.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada.

Coloco em votação o requerimento da Deputada Flávia.

Os senhores que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão.

*(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 3, também da Deputada Flávia Moraes, que *“requer o convite ao Sr. Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça, para informar a respeito do cumprimento da Convenção de Palermo quanto ao tráfico de pessoas no Brasil”*.

Deputada Flávia Moraes, V.Exa. tem a palavra para encaminhar o seu requerimento.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Assim como a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Justiça, com certeza, vai nos ajudar muito. Nós estamos querendo levar os nossos trabalhos justamente a avaliar a implantação da Convenção de Palermo no Brasil. Para isso nós precisamos ouvir dessas pessoas que estão atuando dia a dia no enfrentamento como que andam as adequações, até para que nós possamos contribuir, no final desta CPI, com avanços legislativos e com orientações para os órgãos do nosso País, para que possamos realmente fazer valer a Convenção de Palermo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Flávia.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com o requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 3, da Deputada Flávia.

Requerimento nº 4, também da Deputada Flávia Moraes, que *“requer o convite para a Sra. Regina de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, para informar a respeito do cumprimento da Convenção de Palermo, quanto ao tráfico de pessoas no Brasil”*.

Deputada Flávia, V.Exa. tem a palavra para encaminhar o requerimento.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - É mais convite para que nós possamos compor toda a rede, para que nós possamos ter um contato direto e



poder de perto sentir as informações, para que nós possamos construir cada vez mais esse nosso relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Se algum Deputado quiser fazer uso da palavra, pode fazer.

Não havendo, em votação o requerimento da Deputada Flávia.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento da Deputada Flávia.

Antes de passar ao Requerimento nº 5, eu quero passar a Presidência à Deputada Flávia Moraes, para que possa conduzir a reunião, já que é um requerimento de minha autoria e regimentalmente eu fico impedido de presidir.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente, o requerimento de sua autoria é o de nº 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Cinco, isso, perdão. Requerimento de nº 5.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Flávia Moraes) - Requerimento nº 5, do Deputado Arnaldo Jordy, que *“requer a realização de audiência pública com os responsáveis pelos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas dos Estados do Amapá, Amazonas, Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sra. Presidente, são os Estados onde existem núcleos de enfrentamento ao tráfico humano, ao tráfico de pessoas nos Estados. São 14 ou 15 Estados, para que possamos ter agilidade e, ao mesmo tempo, eficácia. Tendo esta dimensão nacional do problema, a ideia é convidarmos todos esses núcleos para se fazerem presentes numa reunião específica. Numa audiência pública específica, nós faremos outras com outras instituições, ou com ONGs, como já foi aqui aprovado, mas esta é para ter o olhar institucional daquelas Unidades da Federação que estão..., conhecer um pouco as suas políticas, fazer um diálogo mais uniforme sobre as experiências que estão tendo, a identificação e a precisão, porque as rotas nós já sabemos, a partir das CPIs que já foram realizadas e dos relatórios da Polícia Federal e da Secretaria, que, com certeza, nos



atualizarão. Mas qual é a dimensão de cada uma dessas rotas? Esse olhar mais preciso sobre esse diagnóstico do problema nos Estados foi o que justificou a proposição desta audiência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Flávia Moraes) - Eu quero complementar, Deputado Arnaldo Jordy, dizendo da importância de nós podermos avaliar e valorizar a existência desses núcleos. São só 9 Estados que têm. Quantos Estados ainda não têm uma coordenação, uma política pública, direcionada para esse enfrentamento? Então, com certeza, nós vamos poder, conhecendo o trabalho desses núcleos, sugerir até que eles sejam implantados em todos os Estados brasileiros.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com a palavra ...

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Eu gostaria de solicitar uma informação ao autor do requerimento, Deputado Arnaldo Jordy.

Nós vamos ouvir esses responsáveis aqui ou nos Estados? Como é que V.Exa. pensa em fazer isso? São 13. Ela falou que são 9, mas eu contei aqui ...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não. São 13, e ainda estão faltando 2, que por algum erro de digitação ...

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - E, acrescentando, se for nos Estados, além de ouvir, para aproveitar, por economia, além de ouvir o representante do núcleo ... É o núcleo, não é isso?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - ... seria possível também ouvir, talvez, outras pessoas ou entidades? Primeiro, se vai ... A ideia era fazer aqui.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É todo mundo, porque visitarmos 15 Estados ...

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Não é brincadeira.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ... fora as diligências que, com certeza, ao longo do curso da CPI haveremos de fazer até para apurar, talvez, algum caso que justifique a presença da CPI. A ideia era trazê-los aqui. Estão faltando 2 Estados — São Paulo e Paraná — que têm os núcleos também. A informação que nós tínhamos inicialmente eram 9 Estados, mas são 15. Alguns este



ano já instituíram, como foi o caso, inclusive, do meu Estado, o Estado do Pará. Então, a ideia era trazê-los aqui para que pudéssemos numa sessão fazer ... , o que não impede que um caso ou outro justifique o deslocamento numa diligência ou numa audiência pública num Estado ou noutro, a ser avaliado posteriormente. Mas a ideia era esta, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - De acordo, Deputado.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sra. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Arnaldo Jordy pela apresentação desse requerimento, que, com certeza, aprovaremos.

Eu considero que é uma metodologia eficiente essa de trazer os 15 núcleos aqui na Câmara para que possamos ouvir a situação em cada um dos Estados sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. O meu Estado está incluído aqui. O meu Estado é um Estado de fronteira, fronteira com a União Europeia, para onde se dirige a maior parte dessas pessoas traficadas.

Então, era isso, Sra. Presidenta, Sr. Deputado autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu queria apenas sugerir que fossem incluídos — porque acho que houve um lapso — o Estado de São Paulo e o Paraná, que não estão nessa relação. São 15, são 15.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Aí eu gostaria de colocar em votação, com os dois Estados que foram incluídos agora.

Aqueles Deputados que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de n.º 6, também de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que *“requer a realização de audiência pública para serem ouvidas as Sras. Andreza Smith da ONG Só Direitos e Ana Celina Hanoy, do Cedeca-Emaús, Professora Aldair Brasil, do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos do Distrito Federal e Dra. Maria Anália Denisa Ribeiro, especialista”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Esse requerimento, na verdade, nós já tínhamos. A sugestão veio naquela reunião passada, reunião de trabalho que fizemos. Foi inclusive sugestão da Deputada Erika.



No caso da Dra. Maria Anália, é uma estudiosa do assunto aqui da UnB; a Dra. Aldair também é do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos aqui do Distrito Federal; a Dra. Celina Hanoy é Coordenadora dos Cedecas-Emaús do Brasil inteiro, está exercendo a coordenação, portanto tem uma visão bastante consistente sobre esse problema; e a Dra. Andreza Smith, da ONG Só Direitos, que se caracteriza e se notabiliza por esse trabalho de enfrentamento do tráfico de pessoas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Morais) - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

Em votação o requerimento.

Os Deputados que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, para que ele continue conduzindo os trabalhos como Presidente desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Flávia.

Eu faculto a palavra ainda. Não há mais nenhum requerimento de pauta, haja vista que o requerimento da Deputada Janete já foi apreciado. Algum Deputado?

Deputado, por favor.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Sr. Presidente, para essa reunião de amanhã, nós vamos receber um convite? Porque não anotei aqui. Com o Presidente da OAB, vai ser enviado para todos os Deputados o horário e tal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Já foi encaminhado a todos os gabinetes dos Deputados titulares e suplentes desta Comissão. Também nós já tratamos... A exemplo de hoje, temos uma *van* que sai daqui, porque às vezes algum Deputado ou mesmo assessor tem alguma dificuldade nessas reuniões fora aqui do prédio da Câmara. E nós estamos disponibilizando uma locomoção para levar até o... Sai às 11h15min aqui da frente do Anexo II, ali da guarita.

E essa audiência com o Presidente da OAB é no sentido de buscar, como fizemos hoje com a Secretária Maria do Rosário, a cumplicidade da OAB, que é uma entidade que tem se notabilizado ao longo da sua história por essas lutas e acompanhamento dessas lutas em favor da cidadania brasileira, para que o Dr.



Ophir Cavalcante se comprometa, e a OAB, como instituição, a ser parceira desses trabalhos, inclusive acompanhando as nossas audiências, as nossas diligências.

As experiências que a gente tem tido no Brasil afóra é de que, além da OAB, a CNBB e outras entidades têm dado uma contribuição inestimável para esses trabalhos, até pela representatividade que têm junto à opinião pública também. Essa é a razão.

Pois não, Deputada Janete?

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente, eu quero perguntar a V.Exa. As reuniões da Comissão serão sempre neste mesmo horário e neste espaço?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada, depende da sua resposta. Se V.Exa. concordar, nós vamos continuar neste horário.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Estou totalmente de acordo.  
(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, nós estamos, na verdade, fazendo um estágio probatório aqui desse horário, porque os horários da tarde estão muito congestionados com as reuniões das Comissões Temáticas Permanentes, das Frentes Parlamentares, de outras CPIs, das quais muitos de nós somos membros também, de forma cumulativa, seja na condição de titular ou suplente. É o caso da Deputada Erika, a Liliam Sá, por exemplo, que é membro desta Comissão e é Relatora, salvo engano, da outra, a própria Deputada Erika, que é Presidente de uma outra Comissão, enfim... E este horário das 11 horas, ou 11h30min, foi um horário que pensamos que fosse mais compatível.

Agora, não há uma posição fechada. Apenas temos consultado os Deputados e Deputadas da conveniência disso, o que é perfeitamente mutável para um outro horário que se conclua mais conveniente do que este.

E aí é importante até ouvirmos a opinião de V.Exa. e de outros Deputados e Deputadas sobre a conveniência e a pertinência deste horário.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente, eu quero colocar aqui a inconveniência de uma participação minha na CPI do Tráfico de Pessoas, se for, se houver uma decisão de acontecer na terça-feira à tarde ou na quarta-feira de manhã ou na quarta-feira à tarde, porque pertenço a outras



Comissões: uma Comissão Permanente, outras Comissões Especiais, as Frentes Parlamentares. E aí, durante esse período, estou completamente impossibilitada.

Na tarde de hoje, por exemplo, tem ao mesmo tempo três reuniões de Comissões e de Frentes. Então, gostaríamos que nós nos entendêssemos, todos os membros da CPI, para definirmos, segundo a conveniência de todos. Não falo da minha conveniência, porque quero participar.

Também, por último, Sr. Presidente, quero anunciar que estou colhendo subsídios para apresentação na próxima reunião, sessão da CPI, para apresentar um requerimento para audiência pública dos responsáveis, tanto entidades públicas como empresariais, no caso do trabalho escravo, que é utilizado a partir do tráfico de pessoas da Bolívia para o Brasil. Eu posso mencionar aqui etiquetas que são finas, que são consumidas com preço muito alto e que são elaboradas a partir do tráfico internacional dessas pessoas, aí, como são as peças das Lojas Marisa, Tyrol, Eco, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra D'Água, McDonald's. Quanto à Zara, teríamos que colher mais informações. Eu venho denunciando e anunciando o boicote que faço. Eu não compro peça alguma dessas etiquetas, em nenhum *shopping* do nosso País. E, quanto à Zara, a partir do momento em que ficou público, através do Ministério do Trabalho, a utilização de mão de obra traficada e escrava, ela voltou atrás e não a está mais utilizando.

Também precisamos verificar a empresa McDonald's, que usa um método muito estranho de trabalho. Ela confina, muitas vezes, jovens, que ficam ali o dia inteiro, mas aí já é para a CPI de Trabalho Escravo.

As outras empresas que coloquei aqui utilizam, sim, esse trabalho de pessoas traficadas da Bolívia para São Paulo, principalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, Deputada.

Na próxima reunião...

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Sr. Presidente, eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

Só uma sugestão. Deputada Janete, V.Exa. pode obter todas as informações sobre o caso Zara na Comissão de Direitos Humanos. Ano passado, inclusive, convidamos — e ele veio — o representante espanhol da Zara, cuja matriz é na Espanha, para prestar esclarecimentos a esta Casa acerca das denúncias, que



escandalizaram o País e o mundo, sobre o trabalho escravo no âmbito da marca dessa empresa Zara. Então, V.Exa. pode pedir a informação à Comissão de Direitos Humanos, que tem já um farto material sobre isso.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Muito obrigada, Deputado, pela informação. Nós vamos verificar. Mas, de início, sua palavra para nós tem credibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Severino.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Sr. Presidente, este horário também para mim é o ideal: 10h, 11h. Eu faço parte de 4 Comissões, uma Permanente e 3 Especiais: Código Comercial, Código de Processo Civil, CPI e ainda há a da Dívida dos Estados. São 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Depois, dizem que Deputado não trabalha.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Acho que o PSB... Não estou reclamando, não, mas estou na do Código do Consumidor, que é Permanente; 4 Especiais e sou suplente em mais 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Sr. Presidente, também queria saber de V.Exa. se a reunião amanhã é apenas com o Presidente da OAB, se com Comissão de Direitos Humanos da OAB ou alguém mais estará presente. Acho que a OAB deve ter uma Comissão Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Tem Comissão.

A audiência, até porque o protocolo assim o exige, é com o Presidente. É evidente que ele convidará seus auxiliares diretos afins ao tema, eu imagino que sim. O pedido de audiência foi com o Presidente Ophir. Eu mesmo, pessoalmente, falei com ele, que se colocou à disposição da CPI. Vai nos receber amanhã, e creio que, provavelmente, outros Conselheiros e assessores devem estar presentes.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Lendo, rapidamente, esse informe, há uma pessoa aqui, Daniele, que publicou diversos casos. Não sei se é uma jornalista, não sei quem é essa pessoa, não sei se deveríamos convidá-la e se isso seria expô-la a risco.



Mas está aqui. Há uns 6 ou 7 casos, relacionados a esse assunto, que ela publicou. É uma pessoa que deve ter informação ou se interessa pelo caso. Ela publicou 6 casos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Ela tem um *blog*. Daniela Alves tem um *blog* nessa área de direitos humanos, que geralmente repercute. Não há nada que impeça. V.Exa. pode, na próxima reunião, apresentar um requerimento convidando-a. Ela é titular de um *blog*, alimenta o *blog* que foca muito as questões relativas a direitos humanos, de maneira geral. E, evidentemente, as questões relativas a tráfico de pessoas são, com muita recorrência, matéria no seu *blog*.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Se ela publica, ela não está preocupada com o risco, com possível represália. Então, vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não tem restrição nenhuma. O *blog* dela é aberto.

**O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais algum Deputado ou Deputada quer se manifestar?

Não havendo mais nenhuma matéria a tratar, ratifico a manutenção do horário das 11 horas. Parece-me que o depoimento da Deputada Janete e do Deputado Severino foram exemplares para a realidade de todos nós. Vamos manter o horário, para a próxima terça-feira, de 11h. Não pode ser muito mais cedo, porque alguns Deputados chegam por volta das 9, 10 horas da manhã. Assim, dará tempo.

Antes de encerrar, convoco reunião para o próximo dia 8 de maio, terça-feira, às 11 horas, aqui, no Plenário nº 16, *a priori*.

Muito obrigado a todos pela presença.